



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada. http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

DOI: 10.15448/1677-9509.2017.1.27514

Dialética dos Grupos na Perspectiva da Diversidade Humana e da Sociedade de Classes

Dialectics of Groups in the Perspective of Human Diversity and Class Society

IDILIA FERNANDES*



RESUMO – O presente artigo traz o conceito de diversidade humana situada no emaranhado das relações da sociedade de classes. A multiplicidade das diferenças humanas se inscreve em um mundo padronizado, mediado por relações de exploração e desigualdades, sob a égide da “lei de acumulação geral do capital”, desvendada por Marx. No capitalismo há espaço restrito para expressão das singularidades e para construção de uma estética criativa e humanizada. A padronização dos comportamentos, da produtividade e da estética são processos sociais que precisam ser enfrentados com estratégias coletivas de resistência e organização para que a vida humana seja plena de possibilidades. Na dialética dos grupos há algumas alternativas para o enfrentamento das situações de opressão sociais, acionando a dimensão coletiva dos sujeitos singulares. O conceito de grupo é apresentado em seu duplo aspecto como processo social e como uma alternativa de dispositivo instrumental para o trabalho profissional, que poderá levar a práticas emancipatórias.

Palavras-chave – Diversidade humana. Sociedade de classes. Dialética dos grupos.

ABSTRACT – The present article brings the concept of human diversity situated in the entanglement of the relations of class society. The multiplicity of human differences is inscribed in a standardized world, mediated by relations of exploitation and inequality, under the aegis of Marx’s “general accumulation law”. In capitalism, there is restricted space for expression of singularities and for the construction of a creative and humanized aesthetic. The standardization of behavior, productivity and aesthetics are social processes that must be faced with collective strategies of resistance and organization so that human life is full of possibilities. In the dialectic of the groups there are some alternatives for coping with situations of social oppression triggering the collective dimension of the singular subjects. The concept of group is presented in its dual aspect as a social process and as an alternative instrumental device for professional work, which may lead to emancipatory practices.

Keywords – Human diversity. Class society. Dialectic of groups.

* Assistente Social, mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Assistente Social da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS) e Professora do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). CV: <http://lattes.cnpq.br/0694990522568924>. E-mail: idilia.fernandes@pucrs.br.
Submetido em: março/2017. Aprovado em: junho/2017.

A partir de uma concepção relacional para interpretar, tanto o campo social quanto as pessoas que nesse se localizam, deparar-se-á com conceitos que não reduzem as explicações sobre os fatos da vida a uma perspectiva individual. O ser humano se constitui no mundo das relações sociais e nelas refaz seu mundo e se reconstitui. Para analisar a questão da diversidade na sociedade de classes, parte-se da convicção de que cada indivíduo possui inúmeras características que o diferencia dos demais. Entende-se, também, que a multiplicidade de expressões singulares se inscreve em um mundo padronizado, mediado por relações de exploração e desigualdades. Muito embora haja uma dinâmica intensa na forma como as pessoas vivem a história, não é possível negar a tendência padronizante que existe na sociedade e na divisão entre as classes sociais.

Neste artigo será apresentado no item primeiro: o conceito de diversidade e sujeitos coletivos no contexto da sociedade de classe, as consequências da divisão entre as classes na perspectiva marxiana e a relação entre alguns conceitos de Marx com o conceito de diversidade proposto nesta reflexão. A socialização dos indivíduos se faz nos processos sociais e as diferenciações são consequências do mesmo processo. O movimento de se diferenciar e se igualar é consolidado na dinâmica social. Os padrões, as normas, as regras do mundo social são absorvidas pelas pessoas a fim de que elas possam se socializar, e aqui há uma demanda social pela padronização dos comportamentos e da produtividade. Há necessidade para cada pessoa de se tornar igual ao seu grupo, de negar suas diferenças pessoais e se esforçar para produzir de acordo com as exigências do mercado de sua época histórica. Nesse sentido, no item segundo reflete-se sobre as dificuldades da vida associativa, da vida dos grupos, como resultantes de processos sociais e possibilidade de construção de mediações interventivas.

Na complexa teia da interdependência humana se encontra, também, o potencial da existência, da transformação, da possibilidade de ultrapassagem dos emaranhados que a vida proporciona a todos e todas. Somos seres sociais, na origem de nossa vida até o final produzimos para um mundo já posto, rodeados por outros semelhantes a nós e ao mesmo tempo tão diferentes. Criamos a nós mesmos criando o mundo, oferecendo a este o resultado da nossa praxis social. Nossa identidade pessoal é transpassada pela coletividade e seu contexto histórico, cultural, econômico, emocional. No percurso que será trilhado nas páginas a seguir, o “grupo” se apresenta ao leitor em seu conceito, sua dinâmica, sua dialética processual, seu potencial teórico, prático e político. Este não é uma entidade, mas também não é soma das partes, não é o todo, nem tampouco cada pessoa sozinha e isolada.

A diversidade da condição humana na sociedade de classes

A consequência principal das relações sociais, mediada pela construção da sociedade do capital, é justamente a questão social. Isso significa dizer que a sociedade produz, em seu movimento humano e contraditório o acirramento da divisão entre as classes. De um lado, o capitalismo concentra riquezas e informações nas mãos de poucos privilegiados da sociedade, ocasionando necessariamente miséria para muitos outros não privilegiados e que se tornam alheios aos bens produzidos socialmente. Por outro lado, esses seres humanos, apartados dos bens sociais, precisam produzir coletivamente formas estratégicas de enfrentar toda a desigualdade construída em um sistema de expropriações singulares e coletivas, injustiças sociais e segregações de determinados segmentos da sociedade.

Compreender a questão social, na perspectiva de Yamamoto (2008), como consequência da relação entre capital e trabalho, vai ajudar a entender os fatos numa dimensão social e não restrita às possibilidades e impossibilidades dos indivíduos na conquista dos bens para suas vidas. Vai levar, também, a tomar como objeto de atenção, de preocupação e de intervenção profissional o movimento e o resultado da relação capital/trabalho na vida em sociedade. Significa, de outra forma, buscar uma análise que supere uma visão simplificada, fragmentária da vida social e perceba sua totalidade, permeada por inúmeras contradições, marcada por uma determinada historicidade, em um campo social determinado pelas relações de trabalho.

O século XXI chegou há quase duas décadas e podemos perceber que homens e mulheres ainda estão em um contexto que está desumanizando sua condição humana. Há um trabalho necessário ainda a ser realizado de sensibilização, de conscientização sobre a transformação das relações sociais para compor nossa realidade humana. As instituições, as empresas, os hospitais, as universidades, a comunidade, as mídias de massa, as equipes de trabalho estão permeadas pelo modelo de gestão de acumulação flexível, no qual se pode pontuar que há muitas individualidades exploradas e oprimidas, naufragando em um contexto de alienação, vivenciando a realidade de classe social ou da sociedade de classes similar à realidade social demonstrada por Marx em 1848:

Desde as épocas mais remotas da história, encontramos, em praticamente toda a parte, uma complexa divisão da sociedade em classes diferentes, uma gradação múltipla das condições sociais. Na Roma Antiga, temos os patrícios, os guerreiros, os plebeus, os escravos. Na Idade Média, os senhores, os vassalos, os mestres, os companheiros, os aprendizes, os servos; e em quase todas essas classes, outros comandos subordinados. (MARX, 1983, p. 94)

É importante que nossas consciências ainda possam vislumbrar o entendimento sobre o significado da sociedade de classe ou da classe social. Esta divisão na estrutura de nossa sociedade esteve e ainda se faz presente se reproduzindo nas atribuições que cada trabalhadora e trabalhador construíram para si mesmos no processo de alienação. Esse contexto precisa ser demonstrado em suas particularidades. O processo de alienação e de negação da existência da classe social está na mesma engrenagem social na qual a relação entre capital e trabalho, o ser humano, sua subjetividade e a sua força física continuam sendo fundamentais para que o capital possa bem desenvolver-se.

Não existe capitalismo tardio ou desenvolvido sem o sujeito chamado de livre e explorado para colocá-lo em movimento, para fazer suas engrenagens se mexerem e operarem as mutações dos objetos e da natureza. Os sujeitos dos tempos modernos operavam em série e em massa, com o cronômetro, na medida exata do tempo, faziam tudo por partes, em fragmentos, mas de seu trabalho era retirada a mais valia.

¹ O trabalho da era da globalização e da acumulação flexível superou em parte a fragmentação da atividade, uma vez que precisa ser múltiplo e polivalente; para o trabalhador e a trabalhadora não lhes basta usar os músculos, precisam ceder, também, ao benefício do capital, à sua potencialidade de pensar, de gerenciar, de organizar e participar ativamente das atividades da empresa. A mais valia continua sendo retirada do trabalho, conforme já havia prevenido Marx, porém, junto com ela, além do suor, vai um pouco de sua alma, de seu ser integral físico psíquico e espiritual.

Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletário, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviverem. (LASKI, 1982, p. 93)

Marx (2011) elucida o conceito de população como uma categoria que é analisada à luz do entendimento do “resultado concreto de múltiplas determinações”. Para que possamos apreender e analisar a realidade a partir deste conceito de população, necessária se faz a elucidação de muitas e complexas determinações para explicar “conceitos mais simples” ou abstratos. Não se explica algo “simples” por si mesmo, sem imbricados contextos e determinações sociais, econômicas e estruturais. Para uma análise marxiana, é necessária a análise que mergulhe no real concreto, múltiplo e complexo. O conceito de população não pode ser apresentado de forma indiferenciada, sem a perspectiva da classe social que é composta, plural. Especialmente a ideia de classe remete às relações sociais, resultados de processos sociais mediados pelo sistema de expropriação da dinâmica entre capital e trabalho. Com fins de que o conceito de população não se reduza a uma abstração, o mesmo é diretamente relacionado às relações sociais de exploração do sistema social do capital. Dessa forma, vamos, também, tratar, sobre os segmentos sociais que se movem como sujeitos coletivos dos movimentos sociais, procurando demonstrar

o desenrolar de alguns determinantes dos processos sociais e os sujeitos em sua diversidade humana perpassada pela materialidade de uma sociedade capitalista. No entanto, no mesmo espaço que há para os descaminhos da desumanização de nossa condição humana, há enfrentamentos coletivos significativos que nos remeterão, em algum outro tempo histórico, aos laços que até hoje tanto nos oprimem e subjagam.

A diversidade é característica da condição humana, tanto quanto é interdita na sociedade de classes de sociabilidade capitalista, pautada pela expropriação, lucro e padronização da vida. Sujeitos coletivos articulando o protagonismo, a participação social, tecem a materialidade do enfrentamento a essa realidade. Cada ser social traz consigo as possibilidades criativas, mas precisa espaço para exercitá-las e expressá-las no convívio entre os outros seres humanos de sua espécie. A socialização deveria ser não apenas espaço de introjeção para padronização de comportamentos, mas, sobretudo, espaço para inserção de atos criativos e diversificados de cada pessoa. A condição real da existência humana, ou seja, o modo de ser, a situação peculiar aos indivíduos é a condição da diversidade.

As condições materiais do contexto de vida destes mesmos indivíduos se fazem no inverso proporcional à sua diversidade humana. A padronização do social, a massificação das culturas, a pretensa homogeneização dos comportamentos ferem a condição natural, a situação original de ser humano no mundo. Uma pessoa, em seu processo de desenvolvimento e diferenciação de outros, deveria ter a possibilidade de interagir e expressar com sua peculiar diversidade. Entretanto, a expectativa social é de que cada um seja igual aos demais. Esse é um paradoxo da construção social, o que pode remeter àquela discussão filosófica de contraposição entre essência e existência. Entretanto, esse é um debate que não será aqui aprofundado, embora a relevância e a profundidade dessas prerrogativas filosóficas.

Os preconceitos criados no social são resultado de todo o processo que cria a norma e, a partir dela, o que fica fora é desvio. Sendo assim, será julgado como inadequado e indesejável. Como ilustração podemos referir a situação das pessoas com deficiência na sociedade, há preconceitos, discriminações, inúmeras barreiras arquitetônicas e culturais, verdadeiros muros criados por parte das diversas instâncias sociais à condição da deficiência. Condição esta que está situada em uma categorização carregada de desqualificação e menos valia na escala social. Na condição da deficiência, por ser mais acentuada a diferença, os impedimentos e as barreiras presentes no social são mais drásticas.

Outro fato que materializa alguns aspectos desta relação de oposição, entre diversidade e ordem social estabelecida na sociedade de classe, pode ser percebido em estudos e pesquisas que se voltam para vencer o déficit, para eliminar a deficiência. A engenharia genética se empenha em superar os “defeitos” considerados congênitos, como no caso da surdez ou do autismo, por exemplo. Entretanto, se pode objetar, conforme Wrigley: “Paddy, um intelectual Surdo morando no Reino Unido, considera os esforços médicos de eliminar a Surdez como uma forma clara de genocídio” (WRIGLEY, 1996, p.95). A possibilidade de eliminar a deficiência antes da sua concepção remete, uma vez mais, à normalidade enquanto um valor social, o normal e a perfeição ainda são uma busca e um ideal de vida para os sujeitos. De tal forma, as deficiências e diferenças singulares mais marcantes e marcadas no corpo são percebidas enquanto falhas e não são reconhecidas enquanto parte da diversidade humana. De outra forma, a ideia da eliminação não leva em conta o aspecto humano, potencial e construtivo das deficiências e das diferenças para a riqueza do convívio social.

Em contraponto à perspectiva do extermínio das diferenças, se considera potencial o reconhecimento político das diferenças.² Considerando-se a distinção de singularidades, se abriria espaço no campo social para as diferenciações individuais, o que poderia reduzir e/ou evitar o imenso abismo da diferenciação das condições objetivas de vida entre as pessoas. Em outras palavras, se no horizonte social tivesse espaço aberto para considerar a diversidade como condição humana não se criariam tantos muros para separar os “distintos” dos “comuns”. A propósito da distinção negativa criada historicamente entre os segmentos da sociedade, Jovchelovitch pontua que:

Tanto o sujeito negro como a mulher foram historicamente construídos por representações marcadas pela violência simbólica e por um conjunto de exclusões. Mas ambos (e certamente a mulher negra com mais esforço) lutaram, e lutam, para não serem reduzidos a essas representações. Produzir contra-representações, outras representações, que não reduzam a objetividade da condição negra e feminina às tentativas de lhe construir enquanto negatividade tem sido parte dos movimentos negros e do movimento de mulheres (JOVCHELOVITCH, 1998, p 78).

As representações sociais e especialmente as condições concretas de vida dos sujeitos sociais denunciam as inúmeras mutilações a que são sujeitas as distinções. A negatividade dessas representações, referida pela autora acima, bem como das condições concretas dizem respeito à ideia de que o outro é o diferente. A diferença não é vista como distinção e sim como desqualificação. A diferença é percebida como a marca do desigual, como se fosse o desacordo, o desalinho ou o desvio. Não se considera o fato de que cada pessoa tem suas diferenças e que o conjunto delas constitui o mundo social se percebe o outro como o diferente. O equívoco está na distinção categorial, ou seja, se faz uma linha divisória entre a categoria dos “iguais” e a categoria dos diferentes. Nessa categorização recai a negatividade sobre aqueles que se diferenciam, como um estigma, uma marca. Há uma demarcação de fronteiras que separa o que permanece e o que fica fora. Assim, o mundo social se divide em “o nós e o eles”.

A vida humana tem uma dimensão concreta, na mesma está o desenvolvimento histórico das condições dos meios produtivos de vida das pessoas. O modo de vida dos sujeitos das sociedades está atravessado tanto por diversos fatores concretos quanto pelos fatores de ordem imaterial. A estrutura social é composta de forma a gerar as desigualdades de condições de vida, a começar pela clássica divisão social entre os que possuem meios de produção e os que vendem sua força de trabalho. A sociedade não é algo abstrato, se faz na totalidade das relações do ser social, na força da conjugação dos múltiplos movimentos dos sujeitos que nela convivem e a transformam constantemente.

A consequência da divisão entre as classes, como um dado de realidade presente na nossa sociedade contemporânea, se reproduz nas estatísticas que apontam os altos índices de miséria, de analfabetismo, de corrupção, de descaso com as políticas públicas e com o social. De outra forma, a riqueza que tem sido produzida no mundo nos últimos anos de capitalismo é imensa. A tecnologia se desenvolveu de forma espetacular desde a década de 80, a concentração de renda se tornou cada vez mais intensa. Qual a diferença que há do tempo em que Marx escreveu seus textos para hoje quanto à estrutura da sociedade do capital? Está presente na materialidade da vida social a marca da divisão do acesso aos bens sociais, como característica da organização desta sociedade e do seu modo de produção das riquezas e das misérias. Com esta clássica realidade estrutural, o que se pode dizer sobre a possibilidade do convívio com as diferenças singulares e a diversidade da condição humana no conjunto das relações sociais mediadas pelo capital?

Diversidade é o conjunto das diferenças e peculiaridades individuais. Algo em cada ser humano que é impossível padronizar, por mais que a sociedade deseje unificar. É peculiar a cada pessoa uma série de diferenciações que fazem parte de suas características, enquanto indivíduo único, a singularidade própria dos seres humanos pressupõe diferenciações. Há, aproximadamente, 7.000.000. 000 (sete bilhões) de seres humanos no mundo até o presente ano de 2017 e nenhum repete outro. Nenhuma pessoa se iguala a outra neste imenso número. Somos todos diferentes e por mais seres humanos que possam habitar o planeta não podemos imaginar uma situação na qual vá nascer uma criança igual as que já existem. Não nos repetimos enquanto espécie humana e, portanto, a diversidade é nossa característica universal.

A partir deste conceito de diversidade humana podemos concluir: um mundo verdadeiramente humano deveria ser construído considerando a diversidade como fundamental à vida social. Recorrendo ao *Dicionário do pensamento social do século XX*, encontramos um conceito de “diferenciação social” no qual a diferença entre grupos ou categorias individuais é um fato social sempre presente: “A diferenciação acontece em função de diversos modos em diferentes sociedades, por vezes codificados por lei, entre

grupos etários, sexo, grupos étnicos e linguísticos, entre grupos profissionais, classes e grupos de status” (BOTTOMORE; OUTHWAITE, 1996, p. 206-207).

Ocorrem várias distinções entre os diferentes grupos. O fundamental nessa abordagem é entender o fato de a diferenciação social estar associada à “estratificação social”. O que significa dizer que as desigualdades de poder, riqueza e prestígio social, em suas variadas formas, são as características principais do processo de diferenciação. As qualidades pessoais dos indivíduos ocupam lugares determinados dentro da sociedade e seus compartimentos. Cada indivíduo surge dentro de algum distinto grupo que já tem estabelecido determinado lugar no social. A partir desse lugar se estruturam diferentes condições de acesso ao mundo social. A “diferenciação social”, assim entendida, está na perspectiva inversa do entendimento de que a diversidade da condição humana deve compor o mundo social. Essa diferenciação se dá por uma estrutura já culturalmente formada e não em respeito à dinâmica peculiar em que a vida humana se apresenta. A sociedade cria e reproduz a “diferenciação social” sem absorver o conjunto das diferenças singulares como parte de seu movimento.

A socialização dos indivíduos se faz nos processos sociais e as diferenciações são conseqüências do mesmo processo. O movimento de se diferenciar e se igualar são consolidados na dinâmica social. Os padrões, as normas, as regras do mundo social são absorvidas pelas pessoas, a fim de que elas possam se socializar e aqui há uma demanda social pela padronização dos comportamentos e da produtividade. Há necessidade para cada pessoa de se tornar igual ao seu grupo, de negar suas diferenças pessoais e se esforçar para produzir de acordo as exigências do mercado de sua época histórica. A apreensão das formas relacionais, os modelos que serão internalizados desde a infância vão constituindo esse processo de socialização. A diferenciação acontece entre os grupos distintos, na medida em que a socialização seja feita com determinada introjeção de costumes e padrões, diferenciados padrões e normas se tornam estranhos àquela socialização. Se a criança teve um processo de socialização em uma cultura basicamente urbano-industrial, ela responderá com os demais em um modelo rural agrário, por exemplo.

A teoria marxiana esclarece que as relações sociais estão permeadas pela estrutura social, que gera desigualdades gritantes, ou seja, a injustiça social, a exclusão social, o abandono dos sujeitos desta sociedade à sua própria sorte. O individualismo massacrando as individualidades em uma coletividade que desconsidera os sujeitos, em sua maioria, oportunizando apenas a uma restrita minoria qualidade de vida. Todos estes aspectos dizem respeito a uma determinada organização social e não é um fato da natureza, portanto, poderá ser alterado historicamente pela organização e intervenção do conjunto dos sujeitos sociais. Os indicativos sinalizados por Marx, no século XIX, parecem ainda iluminar o caminho que trilhamos. Infelizmente, ainda temos uma sociedade cruel, com inúmeras pessoas submetidas a um cotidiano de fome e restritas expectativas para o futuro.

A mercadoria é de início um objeto externo, uma coisa que satisfaz para seus proprietários uma necessidade humana qualquer. Toda a coisa útil, tal como o ferro, o papel, etc., deve ser considerada sob duplo aspecto: a qualidade e a quantidade. [...]É a utilidade de uma coisa que lhe dá um valor de uso. Mas essa utilidade não surge no ar. É determinada pelas propriedades físicas das mercadorias e não existe sem isso. A mercadoria em si, tal como o ferro, o trigo, o diamante, etc., é, pois, um valor de uso, um bem (MARX, 1975, p.24).

Demonstrando as próprias contradições na constituição do poder do capital, vai se chegar às estruturas contraditórias do capital, conforme indica Marx e, portanto, também aí se pode encontrar em que lugar o sujeito está situado nesta estrutura. Vislumbrar as deformidades que o sistema do capital vai configurando a realidade concreta dos sujeitos é uma forma de denunciá-lo e buscar sua superação histórica. A realidade estruturada e concreta inclui relações ocultas e invisíveis entre elementos do todo, considerando-se a transitoriedade da história. O que é dado ou oculto não significa uma forma eterna de existência. O que é pode deixar de ser na fase posterior, a história humana difere da história natural, pois a primeira é realizada por sujeitos humanos.

A conexão entre os indivíduos sociais e sociedade pode ser encontrada enfaticamente, na obra de Marx. Para esse pensador, atrás da realidade reificada da economia capitalista estão as relações entre os homens e mulheres da sociedade. Esse contexto humano e relacional deve ser desvendado através de uma investigação que se proponha conhecer para poder transformar. Para compreender a sociedade, Marx parte da forma como as pessoas organizam os meios de produzir o necessário para suas vidas.

A divisão do trabalho, salários, valor e preço, inflação, lucro, esses elementos estão ligados à complexa constituição da sociedade. Os meninos que estão nas ruas, famílias inteiras que têm como moradia as pontes da cidade, os hospitais públicos sucateados, pessoas com deficiência sem acesso à escola, à cultura, ao trabalho, ao lazer, processos discriminatórios com pessoas idosas, homossexuais sendo agredidos e até mesmo assassinados, todos estes aspectos não são fatos isolados. Tudo isso faz parte do mesmo contexto; a mídia através dos meios de comunicação, por exemplo, anuncia as desgraças públicas, porém sem relacioná-las com a sua origem, com a causa das mesmas, com os porquês.

A sociedade capitalista se caracteriza pela divisão da sociedade em duas classes fundamentais: uma proprietária dos meios de produção, cujos integrantes concentram riqueza e poder e outra, trabalhadora assalariada, cujos integrantes são considerados trabalhadores “livres”, mas são despojados de seu objeto e meio de trabalho, e estruturalmente separado das relações de propriedade e de posse (BRUEL, 2010, p. 15).

As relações sociais são mediadas pela lei da concentração da terra, do capital de giro e atualmente da informatização, nas mãos de uma restrita minoria. O radicalismo da proposta metodológica de Marx demonstrou um entendimento profundo e concatenado sobre a infelicidade pública. O sistema capitalista foi denunciado por ele, em suas particularidades.

Essa análise desemboca evidentemente sobre uma condenação apaixonada do capitalismo como sistema de dilapidação sem escrúpulos da vida humana e de sua alquimia da exploração, que não visa senão transformar o suor e o sangue humano em mercadoria (LOWY, 1978, p. 69).

A teoria marxiana acentua o valor do homem que faz a história, a assertiva de Marx de que existe uma “prática revolucionária” passa pelo entendimento de que “toda a vida social é essencialmente prática” e de que as circunstâncias se modificam “com a atividade humana ou alteração de si próprio” (MARX, 1993, p. 12). A atividade humana sensível, prática, enfatizada por Marx, demonstra o caráter ativo como real e objetivo, o autor demonstra a importância da atividade revolucionária da prática crítica. No desenvolver dos processos sociais, os grupos humanos aparecem como agregações necessárias à própria vida individual, é preciso agregar-se para suportar os embates da vida. É significativa a importância da vida grupal para dar um tom criativo e potencial ao desenvolvimento do sujeito singular na vida em sociedade.

Os grupos sociais vão se configurando de acordo com o movimento dos seus indivíduos dentro deles, ao mesmo tempo esses indivíduos se movimentam num espaço prefigurado, no qual terão menor ou maior dificuldade em transformar. Somos seres sociais, predestinados a comungar com todos os outros e todas as outras a nossa existência, pelo menos em alguns aspectos. As relações humanas estão permeadas pelas contradições sociais e individuais, assim, se imbricam em constantes conflitos que, por vezes, não se resolvem de forma imediata. Há uma necessária reconstrução da forma de viver em grupo que se precisará aprender. Talvez um desmonte radical da forma geral da vida em grupo seja o caminho para novas perspectivas de construção de novas formas relacionais e de sociabilidade. Sobre o assunto dos grupos como processos sociais, que, ao mesmo tempo, também, podem ser instrumentais de articulação profissional, para propiciar a participação social rumo a processos emancipatórios, segue o próximo item.

A dialética dos grupos como processos sociais e instrumental de articulação profissional

A individualidade humana se encontra atravessada por uma diversidade de vetores externos à interioridade, esses permeiam a consciência individual do ser social. Os diversos vetores são construídos historicamente, em contextos culturais específicos a cada época e a cada povo. Não há dicotomia entre indivíduo e sociedade, entre sujeito e objeto, singular e universal. Há uma interdependência entre o sujeito e seu contexto natural e social. Existe uma forte conexão entre as partes e o todo, ou seja, entre o ser que é uma parte do universo e todo este conjunto que consolida a vida humana situada no universo natural, político, ideológico, cultural, social, econômico e, mais uma vez, humano. O indivíduo é único e indivisível, se constitui enquanto tal na trama das múltiplas relações da sociedade.

[...] Embora o homem seja um indivíduo único – e é justamente esta particularidade que o torna um indivíduo, um ser comunal realmente individual – ele é igualmente o todo, o todo ideal, a existência subjetiva da sociedade como é pensada e vivenciada (MARX, 1983, p. 119).

O pensamento filosófico acima de Marx ainda intriga no nosso tempo presente em sua dimensão complexa, situando-nos diante de uma ambiguidade existencial. Somos indivíduos, mas também somos o social, como podemos enfrentar tal permanência de dois aspectos complementares e quase opostos? O enfrentamento possível a cada pessoa humana às dificuldades da realidade social nas tramas relacionais dará o tom ao conjunto da sociedade, ao tipo de sociabilidade que se poderá ter. Se o conjunto das pessoas de uma determinada sociedade estiver constituído por pessoas que tiveram acesso à informação, à educação política, à consciência crítica tenderá a formar um conjunto social de relações democráticas; onde o grupo social tende a poder exigir cidadania pelo exercício da participação. Ao contrário, se uma minoria detém o conhecer e a maioria desconhece a forma como se organizam os meios essenciais da vida social de seu contexto, esta sociedade tenderá a ser autoritária, monolista, subalternizante e violadora de direitos.

O sujeito se objetiva em suas atividades criativas e materializa sua subjetividade em atos, no meandro de suas relações sociais. A criação de espaços e recursos para o desenvolvimento da vida humana é uma conquista histórica de indivíduos que constroem a história, portanto, em reconhecimento da diversidade da condição humana, deveria ser universal o acesso de todas as pessoas, neste espaço construído e conquistado. O social se transforma constantemente, em conformidade com a intenção e ação de seus protagonistas, os sujeitos. O social é campo da expressão de cada um e de todos os sujeitos que nele vão organizando sua forma de viver, o modo de vida e os meios de produzi-la no conjunto de sua imensa dinâmica humana e coletiva. Em uma visão marxiana sobre a realidade humana, o indivíduo concreto é uma síntese das inúmeras relações sociais.

Tendo em vista o entendimento da questão social e suas consequências, não se pode perder, na leitura da diversidade, o horizonte de toda a estrutura da sociedade. Necessário se faz considerar a cultura, a diversidade, as singularidades e todas as particularidades no conjunto do social. Existe uma especificidade dos sujeitos quanto à raça, etnia, gênero, questões referentes à deficiência, sexualidades, faixa etária e tantas outras formas peculiares de os sujeitos se situarem no social. As políticas públicas nem sempre estão atentas a esta diversidade e tratam todas as questões de forma homogênea.

O espetáculo da diversidade não deve limitar nossa percepção sobre o contexto social e material da vida social e sobre as causas que unificam toda a consequência das opressões e das desigualdades estruturadas da sociedade, conforme já alertava Thompson (1995, p.426). É preciso vislumbrar como a parte se localiza no todo, superar o risco da fragmentação, perceber as partes e as diferenças sem deixar de considerar a raiz de toda injustiça social pela qual todos e todas estão subjugadas, buscando encontrar alternativas de enfrentamento como coletividade. Não se pode perder de vista, na particularidade, a visibilidade de um contexto onde cada situação se localiza de alguma forma em conexão com as demais situações e com o todo articulado que cria determinadas estruturas. Estruturas, essas, que mesmo tendo

sido criadas na história por sujeitos, em sua atividade prática, por isso mesmo, podem ser transformadas, uma vez identificadas e trabalhadas no sentido de sua superação.

Por atividade prática, entendemos todas as ações, criações resultantes da relação sujeito-sujeito e sujeito-objeto. Os objetos são transformados pelo contato humano, não apenas pelo projeto que se possa ter daquilo que se quer mudar, mas de uma determinação prática do sujeito sobre o objeto e dos sujeitos entre os sujeitos concomitantemente. Assim crescemos e transformamos o mundo. Neste trâmite se encontra o aspecto cognitivo e prático do mundo das relações. Marx, em seu pensamento secular, alertava para o caráter de práxis social³ que permeia as relações entre os indivíduos, vejamos em sua assertiva:

Os animais só constroem de acordo com os padrões e necessidades da espécie a que pertencem, enquanto o homem sabe produzir de acordo com os padrões de todas as espécies e como aplicar o padrão adequado ao objeto. Assim, o homem constrói também em conformidade com as leis do belo (MARX, 1983, p. 96).

Seguindo este raciocínio, encontramos o ser social como ser da práxis social, aquele que transforma o mundo com suas ações e ao mesmo tempo se transforma com ele. O indivíduo da prática é o indivíduo das relações, nosso trabalho humano é para o mundo, com os outros, a partir dos outros e para além de cada um e cada uma. Nascemos e vivemos a partir dos grupos de origem para continuar a grande obra da vida humana. Essa grande obra, porém, se consolida em pequenas ações de cada qual para o seu meio e nos liames da possibilidade do aprendizado que o indivíduo faz em seu contexto, tanto quanto na possibilidade de transposição deste. No desaprender, nas rupturas com o que está estabelecido na sociedade, poderá estar contido o potencial de superações qualitativas e históricas das culturas e sistemas econômicos. As transformações vão se dando na práxis social dos sujeitos, esse processo vai consolidando a possibilidade de expressão do ser, enquanto parte integrante, pertencente ao seu contexto.

O sujeito transita por uma contextualidade que lhe é externa tanto quanto o constitui como sujeito, se tornando parte dele. Nesse sentido, a arte de se relacionar com os demais é também a arte de se encontrar em um mundo humano, feito por quem o vive e ao mesmo tempo submetido a determinantes extrassubjetivos, que ultrapassam a sua possibilidade de escolha. A subjetividade humana se produz em um contexto de totalidade. A construção social da subjetividade não significa um engessamento do indivíduo ao seu meio, mas da possibilidade do mesmo se diferenciar, se individualizar a partir da interdependência entre todos os seres humanos. A consciência lúcida e crítica sobre os determinismos sociais será o fio condutor de uma vida sem determinismos. Escolhemos a nossa história ao fazê-la, repetimos a história alheia ao reproduzirmos o que já está consolidado no tempo e no espaço. Reconstruímos a vida social quando a colocamos em questão e resistimos ao que está posto nas padronizações do meio, de modo a realizar rupturas com o tempo e a história. Tal possibilidade, porém, encontraremos em um caminho conjugado em coletivos e não no isolamento ou na fragmentação de atividades solitárias. Com diferentes grupos consolidamos a romaria do se tornar humano, especialmente a partir daquele lugar da subjetividade que não se contenta com o que está pronto e posto nos contextos de sociabilidade.

O espaço cotidiano poderá ser reconstruído num movimento dialético dos grupos, onde se fazem sempre novas relações sociais, na teia relacional do cotidiano dos grupos. A participação social é uma necessidade humana, o mundo que se encontra ao redor das pessoas é um mundo para ser explorado, por onde todos e todas deveriam poder circular e ter acesso à sua constituição e transformação constante. Os processos que consolidam a criação de inúmeras barreiras impeditivas da expressão de seus sujeitos são processos que desumanizam a vida social. Nesse sentido, se pode objetar até que ponto o mundo que criamos histórica e cotidianamente é um mundo acessível a toda esta diversidade característica da humanidade. A participação é um processo social necessário para todas as pessoas. Constitui-se, a participação, em: “[...] requisito de realização do próprio ser humano [...]. O desenvolvimento social do homem requer participação nas definições e decisões da vida social” (SOUZA, 1993, p. 83). Justamente esse requisito tão fundamental foi interditado pelo imperativo da normalidade, não viabilizando o acesso das diferenças na participação do mundo social ou dificultando muito este acesso.

Para o enfrentamento do processo de alijamento das singularidades é necessário que a escola, os professores e professoras, os profissionais das diversas áreas, os trabalhadores e trabalhadoras, os pais e mães, os familiares, as instituições em geral, os diversos setores da sociedade possam aprender a se comunicar com as diferenças que são constituidoras de sua própria natureza humana. Isso significa, em última análise, aprender a se comunicar com a sua própria condição de pessoa, ou seja, com a característica da diversidade que é peculiar à espécie humana. A mudança que deverá ocorrer é cultural e estrutural, no que diz respeito ao reconhecimento político das diferenças. Uma nova percepção e uma nova prática social que desenvolvam novos processos sociais, nos quais pertencer a seu próprio grupo humano não seja mais uma questão para o debate e sim uma prática comum à vivência humana.

É certo que as diferenças e a pluralidade da vida não têm encontrado lugar na escola: é como se as crianças, jovens e adultos, ao desfrutarem das atividades escolares, tivessem de se despir de suas singularidades, peculiaridades e mesmo suas semelhanças para compor um todo homogêneo, estável, previsível e quiçá, imutável (BRIZOLA, 2000, p. 123).

Não se aprende desde criança a valorizar a vida em sua plenitude natural e singular. Aprende-se a adorar o belo, e o belo é o imediato produtivo do momento atual. É uma questão sociocultural não saber valorizar as conquistas pessoais que serão sempre particularizadas e diferenciadas. O que se aprende é cultivar um padrão de exigência de uma supercompetência para acompanhar o ritmo de uma sociedade que não para de se desenvolver, do ponto de vista da tecnologia, de seu aprimoramento e da acumulação do capital. Entretanto, do ponto de vista da humanidade das relações sociais, há muito que se aprender e avançar quanto aos conceitos e práticas sociais, referentes à questão da diversidade humana e construção de sua plena participação na vida em sociedade.

Os pressupostos do reconhecimento político das diferenças deveriam ser apreendidos desde o início da vida em sociedade. O ensino básico (infantil, fundamental e médio) e o chamado ensino superior é um espaço potencial para esta aprendizagem. Infelizmente, na sociedade marcada pela diferenciação entre as classes sociais, os valores que aprendemos a cultivar são os valores do mercado, onde tudo se coisifica e tem um valor comercial. Aprendemos a nos esforçar para nos situar no enquadre da normalidade, da produtividade, de uma estética e comportamentos em sintonia com um padrão social permeado pelos valores do capitalismo. Os valores da sociedade do capital atravessam os costumes e a cultura entre as pessoas e entre as nações, se reproduzindo com base na exploração e no afastamento entre as pessoas. Quando superarmos esta estrutura de forma material e por dentro de nossas subjetividades capturadas por processos de alienação e de fetichização capitalista, poderemos, então, apreender novas formas de sociabilidade e de interação com a nossa própria condição humana. A vida em grupo é um processo social, mas os grupos, ao mesmo tempo, têm imenso potencial instrumental para o reverso de situações de subalternização e para rupturas com o *status quo* da construção histórica da sociabilidade.

Situamos a importância social dos grupos, na complexa arte das relações, mas afinal o que é um grupo, como se constituem? Como podem ser um espaço social de reconstrução da cidadania e de (re)significação do cotidiano? Ao caracterizar os grupos, somos levados a encontrar seu significado social para a expressão das individualidades e para além disso, seu sentido libertário, a possibilidade, por intermédio do grupo, de consolidar uma estratégia de articulação política e participação do ser social em seu contexto.

O ser humano é gregário, e ele só existe, ou subsiste, em função de seus inter-relacionamentos grupais. Sempre, desde o nascimento, ele participa de diferentes grupos, numa constante dialética entre a busca de sua identidade individual e a necessidade de uma identidade grupal e social (ZIMERMAN, 1993, p. 51).

Muito embora esta característica “gregária” do que é humano, um conjunto de pessoas por si só não constitui um grupo, no sentido que estamos dando ao mesmo. O aspecto fundante da congregação grupal vai ser definido por algo que se denomina vínculo, no qual o número de pessoas presentes em um

determinado contexto se conecta por objetivos em comum. A característica vincular dos grupos se manifesta numa rede, emaranhada pela complexidade das subjetividades objetivadas de diferentes pessoas que se ocupam do mesmo espaço. Isso não será definido por um número de indivíduos, nem pela soma total destes. É um emaranhado complexo, dinâmico, de integração de interesses, mas que ao mesmo tempo não significa homogeneização dos sujeitos. Os grupos que se constituem enquanto grupo desenvolvem um processo inclusivo de subjetividade, objetividade e coletividade, o comum da congregação vai além de cada um, a partir de cada um com o todo. Cada pessoa permanece com sua singularidade como indivíduo, porém, esta singularidade estará mediada pelo grupo, em suas tarefas, nas atividades práticas a que se propõe.

Lapassade (1983) enfatiza a prática dos grupos como aquilo que dá unidade a eles. O nós é ação coletiva e não o substancial do individual. O grupo tem uma práxis em comum e se constitui enquanto ato e não enquanto ser. Este ato não é necessariamente uma ação concreta, absolutamente visível, explícita. Em muitos casos, a tarefa dos grupos está implícita, subentendida, latente, não aparente, mas existente de fato em atos concretos. Vejamos um exemplo: suponhamos que um grupo de mulheres se reúna semanalmente em um determinado espaço institucional, a discussão habitual fica em torno de questões do cotidiano, suas dificuldades em comum com os filhos, com o marido, no trabalho, nas instituições em que utilizam os serviços e outras questões que apareçam e este grupo questionando suas dificuldades em relação ao que foi levantado, e em relação aos impedimentos que o contexto apresenta para sua realização pessoal. Neste caso, as situações e a forma de enfrentá-las são explícitas, as pessoas compartilham sua forma particular de entender suas situações concretas, bem como sua maneira de responder a tudo isso. O que poderá estar implícito é justamente a tarefa do grupo, que será em conjunto encontrar novas maneiras coletivas para o enfrentamento de tais questões, de transformar aquela realidade, de se articular enquanto sujeito de sua própria história, de politizar seu entendimento e enfrentamento das relações cotidianas.

Com esta ilustração, percebemos a dimensão prática e de um grupo, como o mesmo enquanto instrumental, recurso profissional ou comunidades locais podendo estar num constante trabalho de elaboração das barreiras do cotidiano e, ao mesmo tempo, de construção de uma nova forma de inscrição no social. Assim, se pode repetir o que afirma Lapassade (1983, p. 232): “Todos os membros são “terceiras pessoas” ao mesmo tempo em que são todos sócios em pares de reciprocidade; como terceira pessoa, cada um totaliza as reciprocidades de outrem. É isso uma das mediações que constituem o grupo”.

Na relação de reciprocidade que vai consolidando os grupos acontece um fenômeno denominado “ressonância”⁴, este indica a troca de sentimentos entre as pessoas, o compartilhar emoções comuns. Isso acontece quando a fala de um rebate nos outros e os demais vão interagindo a partir daquele significado exposto por alguém. Alguém fala dos preconceitos experienciados em determinado período de sua vida, cada um e cada uma é levado(a) a pensar nos preconceitos que já sofreu ou já teve em relação a alguém. A temática passa a ser “preconceito”, todos e todas se envolvem nela e numa tarefa de superá-la de alguma forma. De uma situação singular se passa às diversificadas vivências e a um contexto onde estas acontecem – seu meio social. Quem coordena e articula um grupo deve ter a habilidade de perceber a temática em comum e propiciar a expressão destas vivências neste coletivo.

A propósito do emaranhado que se imbrica no vínculo grupal, Fernández (1989) considera o “laço” como constituinte do grupo. Há uma complexidade e multiplicidade nas inscrições grupais. Cada singularidade se inscreve no contexto grupal de uma determinada forma. O conjunto destas inscrições é permeado pelo vínculo que vai dinamizar a relação entre as pessoas. “Algo faz laço”, liga os sujeitos entre si e dá ao grupo uma característica peculiar, própria a ele mesmo.

Para ilustrar o aspecto singular de cada grupo, pensemos conforme induz Lapassade (1983) em um batizado, por exemplo. Na cerimônia, os participantes do grupo são os pais, a criança, os padrinhos, os amigos, o padre. Todos formam os personagens fundamentais para que ocorra o batismo. Mas, além de tudo, o conjunto deste grupo forma o “batismo” que não é nem cada um em si, nem a simples soma de todos. É algo que acontece, se realiza, portanto, vai além da participação dos seus integrantes, porém só

se realiza com sua participação. Este acontecer é quase que um novo sujeito, não humano – o grupo – constituído ele é a realização de uma coletividade que toma uma forma peculiar, própria, a partir de um determinado laço. Observando a força das congregações, se pode considerar o grupo como espaço privilegiado para a articulação política dos sujeitos e para o exercício da cidadania, da autonomia, que é a participação. É, também, um dispositivo articulador importante como instrumental profissional.

Há certa tendência a cristalizarmos por determinado tempo, mais ou menos longo, algumas situações de opressão, de aprisionamento. Como se o nosso ser estivesse alheio, estranho a nós mesmos, nele não nos reconhecemos e repetimos a história até que um dia tenhamos consciência da possibilidade de transformar as condições que nos aprisionam; inúmeros são os exemplos do cotidiano que demonstram este fato. Em psicanálise, isso foi chamado de “repetição neurótica”, para Marx foi denominado, a partir do mundo do trabalho, de processo de “alienação”, um estranhamento do sujeito na relação com a sociedade, com sua produção social e consigo mesmo⁵.

Ilustraremos o tempo contemporâneo recorrendo a uma figura da mitologia grega, o PAN, conhecido no Ocidente pelo nome de diabo:

A figura do diabo nos mostra um sátiro – criatura metade homem, metade bode – dançando ao som da gaita que está segurando com a mão esquerda. Na mão direita segura dois fios, amarrados ao pescoço de duas pessoas de tamanho menor. Essas pessoas – um homem e uma mulher – também têm chifres como os do sátiro e, embora tenham as mãos e os pés livres para dançar, estão presos às cadeias do medo e do fascínio pela música. A cena tem lugar dentro de uma gruta escura. As figuras que dançam, na realidade são livres se desejarem, pois, as mãos estão soltas para retirar as correntes a qualquer momento. A servidão ao diabo é uma questão que o consciente pode resolver (BURKE; GREENE, 1988, p. 66).

A história deste mito grego se aproxima da vivência de muitas pessoas e da sociedade em geral. Há um aprisionamento subjetivo, objetivo e social que nos impomos ou ao qual nos rendemos, quando não nos é possível vislumbrar as possibilidades do ser humano em transformar sua própria história a favor de si mesmo. Pan é um grande fetiche, assim como a realidade da sociedade do capital, mas não é absoluto, dele se pode afastar se a embriaguez de sua música não mais exercer fascínio sobre nós. Em nossa sociedade são muitos os fetiches que nos afastam da consciência, que nos levam à reprodução de padrões pré-fixados. Que nos levam a supor que a sociedade mediada pela relação capital e trabalho possa se eternizar e não tenhamos nenhuma alternativa para nossa sociabilidade.

O cotidiano, tomado em sua imediatez, é o lugar do “fragmentário, do microscópico, do efêmero, do imaginário”, conforme Yamamoto (1997, p. 60). No grande fetiche do dia-a-dia, na embriaguez que nos afasta da consciência e de uma visão de totalidade da vida social, nos aprisionamos a diversas situações que se repetem em nossa história, como se estagnasse a vida. O movimento natural dos acontecimentos que devem mover a história, nestas circunstâncias, parecem se congelar na rotina de uma vida fetichizada pela promessa do capitalismo em nos fazer felizes como única saída para essa felicidade, a despeito de todas as consequências perversas que o desenvolvimento do capital tem proporcionado às pessoas, ao meio ambiente e a toda a sociedade. Há uma forte diferença entre a essência e a aparência dos fenômenos produzida nos processos sociais.

Todo modo de existência humana ou de existir no mundo possui sua própria cotidianidade. [...] Se a cotidianidade é a característica fenomênica da realidade, a superação da cotidianidade reificada não se processa como salto da cotidianidade à autenticidade, mas como destruição prática do fetichismo da cotidianidade e da história; isto é, como eliminação prática da realidade reificada, tanto nos seus aspectos fenomênicos como na sua essência real (KOSIK, 1995, p. 73).

A “cotidianidade reificada”, ou seja, uma realidade coisificada, poderá levar sujeitos e subjetividades a experiências na qual os mesmos se perdem de si mesmo, se tornam objeto e não

protagonistas de sua história. Fato esse que não significa que no cotidiano só haja espaço para a necessidade e a alienação, mas que este é um espaço onde a reificação se faz presente. Entretanto, o cotidiano é espaço rico de significados e vivências concretas, no qual se pode aprofundar a busca dos desvendamentos de seus enredos. Trabalhar com a finalidade de abrir um espaço humano para a reconstrução de uma efetiva participação na vida social e para o (re) significar do cotidiano é uma forma de enfrentamento da dimensão da necessidade e da alienação. A articulação do espaço grupal poderá se tornar um importante instrumental profissional para construir interlocuções coletivas potenciais de reconstrução da análise, interpretação e novas intervenções sobre cotidiano e na vida social. Pessoas reunidas em grupos de reflexão, debate, têm a possibilidade de encontrar alternativas coletivas para o enfrentamento de situações que, mesmo particulares, têm sua raiz em comum a forma de organização das condições e dos modos de vida.

Neste sentido, o dispositivo grupal pode ser um recurso significativo. Justamente pelo fato de poder se ter, nos grupos, um dos momentos de trabalho e arte que propicia a visibilidade de processos sociais que foram (in)visibilizados na cotidianidade, por severos processos sociais do mundo do trabalho que impõem condições de produtividade acelerada, precárias condições materiais de vida a muitas pessoas. O recurso grupal, através de um processo de reflexão, diálogo, congregação, poderá ser o momento de uma abertura para o processo de conscientização do potencial do sujeito. De se redescobrir, de perceber “que as mãos estão livres”, conforme o Pan da mitologia grega, mencionado nas páginas anteriores, que é possível sair, romper com os processos de alienação e com a “repetição neurótica”, também já aqui mencionada. A história de cada indivíduo e a história da sociedade, em geral, estagnou naquele processo; tomará novo dinamismo com a saída do sujeito de seu casulo, no retorno a seu aspecto natural, o de um ser social e caracterizado pela diversidade humana.

O coordenador ou articulador de um grupo poderá contribuir com o processo grupal, na medida em que propicia o espaço para a reflexão e, também, quando exerce a função de “continente” e desenvolve uma “atividade interpretativa”, assim denominados, por Zimerman (1993)⁶. É uma dispersão geral, a marca inicial de qualquer grupo que, aos poucos, se encaminha para uma coesão, unidade. O coordenador vai articular a junção das partes fragmentadas, sustentando e dando continência ao contexto dos indivíduos que se agrupam, isso se faz, também, com a “atividade interpretativa”.

O grupo precisa de um sustentáculo, especialmente no início, alguém que o “segure”, que possa ter uma visão de conjunto, e, ao mesmo tempo, localize as singularidades dos sujeitos nesse conjunto. Nesta função de agente grupal, considera-se a possibilidade de que, a partir de uma base de sustentação, o grupo possa se desenvolver para um processo de politização do cotidiano quando a finalidade é repensar coletivamente as vivências e situações concretas das pessoas em um determinado grupo. Na continência está, também, a necessária “atividade interpretativa”, na qual se tem uma intervenção mais direta do coordenador ou terapeuta; esta atividade vai se estendendo aos demais membros do grupo, com o desenrolar do processo grupal. Mas, em que consiste tal “atividade interpretativa”? Essa atividade é uma intervenção dialogal, onde aspectos significativos do que já foi falado são pontuados e ressaltados para o grupo, com o objetivo de dar visibilidade a determinadas questões que vão surgindo. Nesta intervenção, os participantes devem ser levados a novas perguntas e reflexões que os façam se inscrever no processo do qual fazem parte. A finalidade desta atividade é propiciar a participação e a reelaboração das questões iniciais, para uma superação dialética do momento anterior ao processo grupal.

No trabalho com grupos, os profissionais desta área se aproximam do cotidiano das pessoas, do seu modo de viver e das dificuldades e possibilidades de suas condições de vida. O cotidiano aparece em seu imediatismo, num primeiro momento, para que se possa ultrapassar esta esfera imediata. O viver de cada um está impregnado pela cultura, pela história, pela economia, pela música, pela mídia, por amores e desamores. A dinâmica grupal traz o cenário humano com toda sua expressão, em suas diversas facetas, na qual há presença da alienação, da criatividade, onde convivem todas as contradições humano-sociais. É um rico espaço de conteúdo ontológico e também de práxis social. Cada singularidade poderá se expressar num contexto grupal, que no principiar é novo, portanto, uma alternativa de recomeçar uma nova forma

relacional. O espaço do grupo faz o acolhimento do sujeito e o reconhecimento dos pontos em comum entre seus membros.

A temática que emerge da discussão grupal é o ponto convergente sob o qual a dinâmica grupal vai se processar. Os sujeitos a partir desta dinâmica vão se inteirando, se aproximando uns dos outros, se diferenciando. É um processo de entrega ao grupo, de parte da subjetividade de cada qual a um processo de interação. Este espaço é mediado pela comunicação, pelo significativo desenvolver da linguagem, da inter-relação dos significantes pessoais de cada individualidade e de suas experiências concretas de vida, se encontrando com as demais pessoas. É um momento em que uma pequena coletividade poderá se perceber em coletividades ainda maiores, como parte de um todo.

O potencial dos sentidos, dos significados dos outros e outras é visto na linguagem e na narrativa sobre o cotidiano. O estilo de vida do outro, sua cultura, sua forma de viver, modo de vida e condições de vida se transformam em uma grande indagação para o próprio grupo; a análise e interpretação das vidas dos sujeitos entre si, no intercâmbio dialogal, no qual se permite questionar o (a) outro (a) sobre os significados que ele (a) atribui à sua maneira de se localizar no mundo, a maneira como o outro sujeito encara sua vida e seu contexto social. Existe um tipo peculiar a cada grupo que é adquirido na convivência entre seus componentes. O fato é que os grupos têm sua forma particular de se comunicar, que não se confunde com outros grupos, caracterizando-os de um jeito específico. O diálogo é um instrumento para favorecer a emancipação, vejamos nas palavras de Souza:

Entre os diversos mecanismos pedagógicos de ação a serem utilizados pelo profissional está o diálogo. Este supõe um processo de troca, através do qual elementos de globalidade e de particularidade vão se confrontando e construindo como processo crítico de pensar e transformar a realidade (SOUZA, 1993, p.92).

Na possibilidade de articular o grupo como um instrumental profissional emancipatório, numa perspectiva de politização das relações sociais, nos orientamos por uma ética libertária. Uma ética que não se conforma com uma determinada ordem social, que naufraga os sujeitos em seu oposto, ou seja, à condição de sujeitado; ética que sugere desnaturalizar as relações de poder, de opressão, de desigualdade, de submissão, de conformismo. O que conduz a orientação deste sentido é uma ética que enalteça a possibilidade de o sujeito superar seu tempo histórico, bem como superando a si mesmo na relação com os seus contemporâneos. Nos percursos de nossa caminhada profissional, como trabalhadoras e trabalhadores do social, encontramos pessoas fragilizadas pelas dificuldades e pelos dramas de suas histórias de vida, bem como pessoas que estão ativamente no embate e enfrentamento de situações muito adversas. O dispositivo grupal é um potencial espaço para constituir como um tecido a todo um conteúdo humano e dramático de subalternizações e resistências, contradição presente nas relações sociais. Há um drama real na história de vida de cada sujeito histórico. Cada mulher e cada homem, cada criança, jovem, idoso, pessoas de orientação sexual LGBT, negros e negras, indígenas, pessoas com deficiência; seja qual for a singularidade humana tem sua forma particular de ser. Entretanto, há também inúmeros pontos em comum na realidade concreta e simbólica das pessoas, enquanto sujeitos coletivos, para serem articulados e organizados com a força das coletividades.

O grupo que não é a soma de todos se torna um sustentáculo, um lugar onde várias individualidades vão compartilhar seu drama, mas, para além disso, aos poucos vão encontrar os nexos que ligam os fatos entre si. Já não serão mais solitárias em um cenário sombrio, fazem parte de um conjunto, de um todo, se redescobrirão mais conscientizadas e organizadas no processo. Na dialética dos grupos, o movimento decorrente de sua dinâmica é constante e inacabado. Não se poderá pensar que o grupo atinge um momento ideal que estará pronto, preparado para a vida. É uma dialética do inacabamento, no qual as pessoas envolvidas estarão em constante aprendizado e criação, criando e recriando o mundo e a si mesmos – sempre é tempo para recomeçar. O recomeço é fim e início, não há acabamento, superações acontecem para propiciar outras superações.

Os interesses em comum entre um determinado grupo podem ser superados. Entretanto, o que foi consolidado no processo permanece, tanto quanto permanece a necessidade de apreender as relações grupais. A dinâmica relacional que registram os grupos proporciona aos seus associados a possibilidade de uma diferenciada inscrição contextual, quando foi possível ser sujeito de sua própria história. Um grupo é a superação daquilo que Lapassade (1993, p. 232) chamou de “serialidade”, nesta os indivíduos estão em quantidade, porém não estabelecem uma relação qualitativa, não se comunicam substancialmente, não há interesses em comum, não há unidade. A “serialidade” é a dispersão inicial que poderá formar o grupo no momento posterior, e também o lugar para onde o grupo poderá voltar se não estiver em uma constante dispersão, se não desenvolver uma práxis comum a todos e todas.

O processo inacabado dos grupos é uma alternativa de politizar o cotidiano. No exercício do debate e da reflexão, o dia-a-dia comum de cada um poderá ser localizado na conjuntura contemporânea do tempo histórico das pessoas. A visão de conjuntura leva a um entendimento estrutural da organização da sociedade – se começa a vislumbrar suas leis. Quando se conhece o funcionamento das leis que organizam uma coletividade, se pode descobrir, também, a forma de superar aquilo que já está ultrapassado, que está em desacordo com as necessidades dos sujeitos desta sociedade. Uma visão de contexto, de conjunto, será propícia para não localizar no sujeito a culpabilidade absoluta pelo seu “fracasso” escolar, no trabalho, no não trabalho, na família, com os grupos da sociedade. Enfim, o sujeito faz parte de uma conjuntura e de uma estrutura social, seu cotidiano, sua história de vida está imersa nestes meandros institucionais, sociais, não é possível uma visão fragmentária. Necessário se faz uma leitura de realidade e interpretação da mesma que relacione entre si essa tríade: cotidiano, conjuntura e estrutura da vida singular e humana no conjunto emaranhado das relações sociais. Há uma tendência, nas relações sociais, de individualizar os problemas que dizem respeito à coletividade, sobrecarregando o indivíduo e relegando a este o lugar da impossibilidade e do fracasso. Nesse sentido, alerta Souza (1993, p. 88) sobre a consciência individual, em contraponto a uma consciência social: “Consciência individual é aquela que se concretiza pelo fato do homem ter personalizado, em si mesmo, os motivos e causalidades das necessidades e frustrações que requerem enfrentamentos coletivo.

Desnaturalizar esta tendência poderá estar implícito nas funções do grupo, tanto como processo social de organização dos povos em seus movimentos, quanto na utilização da ferramenta grupal como instrumental de trabalho profissional emancipatório. O dispositivo grupal servirá como campo para um trabalho que desenvolva o processo social da participação. O imediatismo que aparece nas relações cotidianas pode ser matéria-prima para o desenrolar de um trabalho de politização das relações. A ultrapassagem das condições imediatas requer o engajamento dos sujeitos em sua própria história, como partícipes, ativos e criativos. A participação é um processo social e ao mesmo tempo uma questão existencial. O ser humano, para se desenvolver, precisa se inserir em seu meio, fazer parte do todo; uma visão ampla da realidade social, que estabeleça as conexões entre ser e contexto é um elemento constitutivo da participação. A articulação das ações entre os membros do grupo organiza uma coletividade de ações, a articulação dessas pode tornar o grupo espaço potencial para o enfrentamento de questões vivenciadas pelas pessoas participantes do mesmo. Conforme Souza (1993) a “conscientização, a organização e a capacitação” são elementos pedagógicos da participação que os grupos podem ser levados a processualizar e a concretizar.

São sempre necessárias novas interpretações sobre as possibilidades do sujeito. Por vezes, a realidade é esmagadora, especialmente no trabalho institucional, o drama humano que se apresenta tem caracteres dolorosos, no qual as pessoas sobrevivem às tempestades da vida: situações de abandono, de perda de trabalho, de família, de casa, de amor; a doença, a morte, as separações dos filhos de suas mães, o impedimento de fazer parte do seu contexto, por limitações físicas, econômicas, culturais, étnicas, psíquicas, pela dificuldade de se “enquadrar” em um mundo padronizado. São tantos os dramas humanos e todos nos dizem respeito, afinal somos humanos! Os profissionais desta sociedade que estão alinhados a uma ética profissional, que buscam ir ao encontro de demandas concretas dos sujeitos sociais, têm um compromisso com a reversão dos processos severos de interdições sociais com os quais se deparam. Se

não puderem encontrar alternativas para construções emancipatórias no mínimo precisam ter isso em seu horizonte profissional, constituindo assim o aspecto teleológico de seu trabalho.

O compromisso de reversão, que diz respeito aos profissionais do social, se expressa nas estratégias lançadas para analisar, interpretar e intervir profissionalmente diante da ordem estabelecida na história. O retorno a um caminho de possibilidades e reconstrução das relações humanas só poderá ser trilhado pelos seus autores e autoras, aqueles(as) que a escrevem. A história de nossa sociedade será escrita por cada pessoa, na medida em que a consciência do ser singular é a consciência do ser com o mundo, no mundo e para um mundo mutante, inacabado. Consciência de que, o tom das relações sociais é dado por cada uma e cada um de nós. Nascemos numa sociedade já organizada em seus padrões, com uma cultura própria, que já cristalizou algumas relações de poder, de discriminações, de desigualdades, com suas leis, sua ordem, com uma determinada forma de organizar seus meios materiais e produtivos. Muito embora tudo esteja em seu lugar, há um dinamismo profundo nas relações que se dá na sociedade social e, conforme Marx (1983), “tudo que é sólido se desmancha no ar”. No dinamismo de um tempo que não para, de constantes e profundas transformações é o mundo em que nos movemos. Somos, igualmente, mutantes, seres em movimento. Na dialética da vida é preciso apostar no ser social e, como o poeta e cantor Nascimento (1978), poder fazer da “estranha mania de ter fé na vida” o norte para superar nosso tempo histórico e não perder o trem da existência humana.

Considerações finais

O artigo que aqui apresentamos se propôs a propiciar uma reflexão sobre a complexa arte das relações humanas, pois mesmo que seja quase natural “o ter que estar com as pessoas”, isso por si só não garante que essas sejam satisfatórias para quem delas depende. Há uma dialética de opostos entre a necessidade de estar com o outro e a possibilidade de este “estar” ser algo agradável, justo, equânime, algo humanamente significativo para ser vivido concretamente. A história da humanidade já demonstrou que a vida associativa é elementar. Desde que nascemos convivemos com a emergência da presença do (a) outro (a) em nossa vida. Os animais até conseguem, quando são abandonados pelas suas progenitoras, sair alguns passos e se desenvolver. Seres humanos, no entanto, são absolutamente dependentes uns dos outros.

Os grupos, entendidos como possibilidade da interligação entre seres singulares entre si por alguma coisa em comum, podem constituir espaços de reconstrução da capacidade relacional das pessoas que ali compartilham alguma experiência. O dia-a-dia da vida de cada pessoa produz específicas experiências de singulares maneiras. Embora essas vivências sejam únicas para cada indivíduo em seu cotidiano, elas podem ser compartilhadas entre diferentes pessoas. As pessoas são diferentes, as experiências são vividas particularmente, mas o que há em comum é o fato de a cotidianidade, ou seja, tudo aquilo que é humano é vivido e sentido objetivamente e subjetivamente.

As experiências são processos em mutação, dialeticamente transformáveis. Considerando o cotidiano ponto crucial para o desenvolvimento dos processos sociais e ponto alto para a superação da imediatividade e superação da reificação do real e a transformação das relações de opressão, que subjugam as subjetividades e impõem um ritmo desumano ao cotidiano das pessoas, uma vez que a cotidianidade possa ser processada por reflexões, interpretações e intervenções da dimensão coletiva dos sujeitos singulares. A vida associativa poderá ter um percurso significativo para desenvolver uma sociabilidade que rompa com processos de alienação criados no fetichismo da sociedade capitalista, e de uma nova consciência que tenha a força no coletivo para enfrentar as severas consequências com as quais lidamos e que foram criadas na relação entre o capital e o trabalho.

No ensaio que aqui apresentamos, transitamos pelos caminhos que nos levaram aos grupos já constituídos ou aqueles que pretendemos formar. Neste trânsito, situamos o grupo como espaço de possibilidades para o sujeito reconhecer sua identidade, entender melhor a si mesmo e aos outros,

reconstruir sua vivência cotidiana através do espaço reflexivo que sugere esta atividade. Partimos de uma concepção da realidade humana caracterizada pela diversidade, situada num mundo de relações sociais de organização capitalista, que tem como consequência a sociedade de classes ou a divisão dos grupos de pessoas em classes sociais distintas de interesses contraditórios e marcadas diferenças de acesso aos bens sociais. A organização social mediada pela “lei geral da acumulação capitalista”, tão bem explicitada por Marx, precisa ser enfrentada em coletivos conscientes e organizados, porque causa segregações e muitas restrições a grande parcela das populações.

Toda busca histórica por direitos e por pertencimento se fez no sentido da preservação de dignidade e da diversidade humana e vai poder se materializar num contexto de coletividade e de processo criativo e organizativo. Há processos sociais severos de segregação e aniquilamento das diferenças singulares. Necessário o enfrentamento pelo reverso deste processo, para a superação de barreiras históricas e fronteiras que separam os seres humanos uns dos outros em função da sua própria condição humana, caracterizada pela diversidade em uma realidade de sociedade marcada pela divisão das classes.

Referências

- BRIZOLA, Francéli. **Educação especial no Rio Grande do Sul**: análise de um recorte no campo das políticas públicas. Dissertação (Mestrado). POA: Universidade Federal do RS - Faculdade de Educação, 2000.
- BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **A escola no contexto da sociedade capitalista moderna**. In: Políticas e Legislação da Educação Básica no Brasil. Curitiba: Ibpex, 2010.
- BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- BURKE, Juliet Sharman y GREENE, Liz. **O Tarô Mitológico: uma nova abordagem para leitura do tarô**. São Paulo: Editorial Siciliano, 1988.
- FERNÁNDEZ, A. M. **El campo grupal**: notas para uma genealogia. Buenos Aires: Paidós, 1993.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6.ed. Tradução Célia Neves e Alderico Toribio. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social em tempos de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.
- IAMAMATO, O. H. É o cotidiano uma questão para o marxismo? **Revista de Serviço Social e Sociedade**, ano XVIII, n. 54, jul. 1997.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Re(des) cobrindo o outro: para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. In: **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições**. Tradução Henrique A. de A. Mesquita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.
- LASKI, Harold J. **O manifesto comunista de Marx e Engels**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- LEFÈBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L’Arche, 1968.
- LIPPO, Humberto (Org.). **Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças**. Canoas: Ed. ULBRA, 2012.
- LOWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. 2.ed. Tradução Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Tradução José Carlos Bruni e Marco A. Nogueira. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844** In: FROMM, Erich. Tradução Octávio A. Velho. 8.Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O capital**. 4. ed. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução Reginaldo Sant’Anna. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- NASCIMENTO, Milton. **Música Maria Maria**. Clube da Esquina. Álbum v. 2. Disco do Brasil: gravadora EMI, 1978.
- SOUZA, M. L. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era da comunicação de massa. Rio de Janeiro, Vozes, 1995.
- VÁZQUEZ, A. Sánchez. **Filosofia da práxis**. Tradução de Luiz F. Cardoso. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ZIMMERMAN, David E. **Fundamentos básicos das grupoterapias**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- WRIGLEY, Owen. **The politics of deafness**. Gallauder University Press, 1996.

¹ Quanto ao conteúdo referente a mais valia ver MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

² Para maiores conhecimentos sobre o conceito de reconhecimento político das diferenças, consultar: LIPPO, Humberto (Org.). **Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças**.

³ Para aprofundar o entendimento de práxis, ver a obra **A ideologia alemã**, de Marx, e do mesmo autor, **Manuscritos econômicos e filosóficos**, de 1844. Ver também: Vázquez; Sánchez. **Filosofia da práxis**.

⁴ Sobre o “fenômeno da ressonância” ver Zimerman (1993, p. 94-95).

⁵ Para aprofundar o entendimento sobre “repetição neurótica”, ver Zimerman (1993). Sobre “alienação”, ver Marx, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**, de 1844, I, II e III Manuscrito.

⁶ Sobre a “função de continente do grupo” e sobre a “atividade interpretativa”, ver Zimerman (1993), cap. XVII e XX.